

A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS TRABALHADORES DO ACAMPAMENTO MÁRIO LAGO. Vivien Marques do Nascimento. Raquel Santos Sant'ana. Serviço Social. Graduanda em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Campus de Franca.

Na década de 1980 ocorreram grandes alterações no mundo do trabalho: avanço tecnológico, intensificação do processo de automação, a robótica, a microeletrônica passaram a compor os meios de produção de forma mais significativa.

Com a introdução e a difusão de novos padrões produtivos, a força de trabalho humana disponível não é totalmente absorvida. E como consequência desses novos processos de produção assistiu-se a uma diminuição do operariado, ao mesmo tempo em que cresce o assalariamento, principalmente no setor de serviços.

O acirramento do desemprego estrutural constitui-se na mais expressiva consequência da modernização capitalista que assola o mundo; acrescentava-se a isto as outras formas também significativas de precarização do trabalho, como a terceirização, o subemprego, o trabalho temporário e o trabalho informal.

No ano de 2003, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul concentravam 57,6% das empresas do setor informal e 56,8% do total das pequenas empresas investigadas. A proporção de pessoas ocupadas nessas cinco unidades da federação representava 56,4% dos 13,9 milhões de trabalhadores na informalidade. Em 2005, a taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país chegou a 10,8% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo dados do IBGE, um aumento de 17,9% em relação a julho do ano passado, o que significa 368 mil pessoas a mais procurando emprego.¹

Outra decorrência da instabilidade, informalidade e da precarização é o enfraquecimento e a fragmentação da classe trabalhadora, o que inibe uma maior organização, principalmente do tipo sindical porque dificulta o auto-reconhecimento enquanto parte daquela classe. Isto gera crise nos organismos sindicais que a cada dia presenciam uma forte diminuição da taxa de sindicalização² e uma crescente institucionalização das entidades sindicais, o que representa a perda de autonomia.

A produção agrícola insere-se na lógica industrial de produção, elevando a produtividade em larga escala através da adoção de novas tecnologias desde a preparação do solo, a escolha da semente até a colheita. Ao passo que, a produção doméstica de gêneros básicos de subsistência perdeu cada vez mais áreas territoriais, sendo ainda desvalorizados tornando-se frágeis e vulneráveis às oscilações de mercado. Por isso, o custo de vida da população está diretamente relacionado aos preços dos produtos alimentícios que por sua vez são também reflexos da economia.

Os créditos agrícolas constituíram em um dos principais instrumentos para promover a modernização do campo. As políticas de crédito e incentivo a modernização do campo eram canalizadas a uma pequena parcela de fazendeiros, os grandes proprietários, como explica Martine (1991): *“(...) maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria”*.(p.10).

A ideologia de mercado auto-regulado e eficiente que corria o mundo chegou ao Brasil sob uma investida política ideológica caracterizada pela reestruturação produtiva, abertura comercial, pela privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas. A adoção de tais medidas adequada à nova lógica do capitalismo tende a fragmentar a sociedade, deixando-as desmobilizadas.

Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho exige cada vez mais a qualificação do trabalhador e a capacidade de atuar em várias áreas, houve também uma desvalorização do trabalhador que está explícito em baixos salários, na instabilidade do emprego, na perda ou desmontagem dos direitos sociais duramente conquistados.

Se a modernização por um lado, introduz mecanismos que aumenta relativamente à produtividade da terra, por outro, diminui a demanda de mão-de-obra necessária na atividade agrícola e exige maior qualificação dos trabalhadores.

¹ Fonte IBGE.site: www.ibge.gov.br. Consultado no dia 25/08/06

² É a relação entre o número de sindicalizado e a população assalariada.

Socialmente esta modernização agrícola desencadeou a exclusão de milhares de pequenos produtores e trabalhadores rurais que não conseguiram se adequar às novas relações de trabalho. A forte mecanização causou a expulsão de força de trabalho e até mesmo o assalariamento e o trabalho temporário, provocou ainda a perda de pequenas e médias propriedades, resultando em forte êxodo rural. Assim, uma parcela de pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários em determinados períodos do ano se tornam assalariados e trabalham em safras agrícolas, nas colheitas, na construção civil, ou mesmo no trabalho doméstico. Ou seja, vendem sua força de trabalho temporariamente ficando subjugados ao capital a fim de complementar sua renda e garantir a reprodução de sua família.

Ainda assim, a grande maioria da população rural brasileira que ainda se mantém ligada a terra está em pequenas e médias propriedades. Na terra trabalha e dela retira parte de seu sustento. No entanto, se vê muitas vezes obrigada a exercer sua atividade laborativa a mercê de empresas agroindustriais com a finalidade de aumentar seus recursos financeiros e materiais e, principalmente, livrar-se das privações por qual passa sua família.

Segundo o fio condutor deste raciocínio, pode-se afirmar que a modernização agrícola resolveu algumas questões em relação à produtividade da terra, ao mesmo tempo em que agravou problemas diretamente ligados ao tipo de estrutura agrária cuja acentuada concentração fundiária aumentou os conflitos relacionados à questão da terra e generalizou a miséria no campo.

Segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) os conflitos no campo em 1998, chegaram a 1.100, envolveram 1.125.116 pessoas em todo o País. A região Nordeste apresenta o maior número de casos de conflito 542 e o maior número de pessoas envolvidas 678.593. Em seguida, vem a região Sudeste, com 195 conflitos; a região Centro-Oeste, com 133; a região Sul, com 130, e a região Norte, com 100. No que diz respeito ao número de pessoas envolvidas a região Norte aparece em segundo lugar em número de pessoas envolvidas, com 146.953, seguida pelo Centro-Oeste, com 122.297; a região Sul, com 109.048; e a região Sudeste, com 68.225.³

A Reforma Agrária é uma política que jamais foi verdadeiramente implantada. E que poderia findar muitos problemas do país como, por exemplo: o latifúndio, a exploração e as desigualdades geradas pela política adotada.

A respeito da estrutura fundiária, segundo o Cadastro do INCRA de 2003 no estrato de área até 10 hectares encontram-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2000 hectares correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total.⁴

Sabe-se também que a exploração da terra é maior nas pequenas propriedades se comparada as grandes propriedades. Isto pode ser explicado pela valorização da terra. Enquanto a pequena propriedade utiliza-se de quase toda a sua extensão para a atividade agrícola a fim de garantir a sua subsistência, a grande propriedade não explora de acordo com a potencialidade das terras que tem disponível porque prefere não utilizar a terra e manter como reserva de valor, conhecida como especulação fundiária. Assim, seus esforços são no sentido de obter mais terras e não necessariamente de utilizá-las e produzir.

Entretanto, a impossibilidade de acesso e permanência na terra, somada a inexistência de políticas públicas eficientes; a falta de oportunidades nos centros urbanos, a existência de trabalhadores empregados cuja remuneração não é suficiente para assegurar a manutenção de sua família e lhes proporcionar uma vida digna, incita muitas pessoas a buscarem outros meios para sua sobrevivência.

Essas tensões sociais geradas e agravadas por esse quadro, impulsionam os indivíduos a lutarem por seus direitos sociais e políticos. Assim, dependendo da forma do encaminhamento e da correlação de forças existentes, essas lutas vão se mostrar em diferentes maneiras como: manifestações, ocupações, protestos e reivindicações.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social de luta pela terra, com ação desde janeiro de 1984 que vão desde manifestações, caminhadas e até ocupações.

³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou durante sua 12ª Assembléia Nacional, realizada em Goiânia, de 2 a 6 de agosto, os números relativos aos conflitos no campo ocorridos em 1998. No site: <http://www.pt.org.br/san/san117.htm> .Consultado no dia 28/07/06 as 17:30.

⁴ Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária. P.11.

De tal modo, a ocupação é uma ação que tem o papel tanto de trazer a público sua situação, quanto de pressionar o governo a fazer reforma agrária.

Em 2001, eram 585 acampamentos com um total de 75.730 famílias. Já em 2003, o número foi de 632 acampamentos abrangendo um total de 116.382 famílias. Neste mesmo ano no Estado de São Paulo, a presença de 51 acampamentos contava com 7.914 famílias⁵ que estavam envolvidas com o movimento.

Em seu aspecto humano, o Acampamento é um espaço social que revela um cotidiano singular e possibilita o convívio de famílias de diversas origens que trazem consigo novas experiências de vida, mas, apesar disto, acaba por reconhecer-se numa luta pela sobrevivência e por melhores condições. Também se revela em terreno fértil que propicia além das trocas de experiências a partir da relação entre sujeitos, conscientização política, solidariedade, renovação da esperança, ainda partilham sonhos, dificuldades, medos e angústias. Permite a construção da identidade, da cidadania e formação de novos sujeitos sociais capazes de pensar criticamente e intervir na sua própria realidade.

A presente pesquisa foi realizada num acampamento de trabalhadores sem-terra, localizado no município de Ribeirão Preto. Tem como objetivo analisar a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos que participa do movimento de luta pela terra no Acampamento Mário Lago. O universo pesquisado é composto por pelo menos 450 famílias que tem sua moradia instalada no Acampamento. A Fazenda da Barra é a área reivindicada pelos acampados, com extensão de 1700 hectares aproximadamente.

É preciso ressaltar que o levantamento quantitativo para fins de assentamento que foi realizado pelos estagiários do NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz), contendo informações como origem, naturalidade, profissão, escolaridade, estado civil, dependentes e produção no lote do acampamento, que subsidiou na escolha dos sujeitos. Foram escolhidos 10 depoentes. A coleta de dados por sua vez se deu através de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas.

O período da pesquisa de campo ocorreu nos meses de julho a agosto de 2006. Atualmente a pesquisa está em andamento, em sua fase inicial de interpretação dos dados coletados. Contudo, foi possível neste primeiro momento, perceber que todos os informantes tiveram alguma experiência com a terra em determinada época de sua vida. E que a maioria dos informantes saíram de suas cidades de origem em busca de emprego e melhores condições de vida. Também foi possível observar que mudanças constantes de cidades e empregos podem significar desenraizamento e principalmente, falta de oportunidades.

Referências Bibliográficas.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARTINE, George. *A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?* Lua Nova – revista de cultura e política. Mar/1991. n° 23.(p.07-35)

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho em Luckács*. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVII. N° 52. Dezembro de 1996. (p. 07-23).

SILVA, Maria Ap. Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

⁵ <http://www.mst.org.br>. Consultado em 25/08/2006.